



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 84, de 2020 (Mensagem nº 595/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Jamaica.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Jamaica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).



SF/20323.13619-80



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da diplomata.

A Sra. ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO é filha de Joaquim Antonio Marcelino e Elzira Moreira Marcelino, e nasceu em Conceição do Pará/MG, em 9 de fevereiro de 1951. Graduiu-se em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1975.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco em 1980. Foi aprovada no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1993 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2007, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a tese: "A Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública. Implicações e Perspectivas", aprovada com louvor.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1981. Ascendeu a Segunda-Secretária em 1984 e a Primeira-Secretária em 1992, por merecimento; a Conselheira em 2002, a Ministra de Segunda Classe em 2007, ambas as promoções também por merecimento; tendo passado para o Quadro Especial em 2011. Em 2018 tornou-se Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial.

Foi chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Novos Temas – DNT (2001-2002); da Divisão de Propriedade intelectual –DIPI (2002-2004) e Coordenadora Nacional das Negociações de Propriedade Intelectual da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (2001-2004); Representante do Ministério das Relações Exteriores no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI (2001-2004); tendo, ainda, chefiado a delegação brasileira a inúmeras reuniões do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual - GNPI - da Área de Livre Comércio das Américas e às negociações birregionais entre Mercosul e União Europeia, em particular às Negociações sobre Vinhos e Destilados e Propriedade Intelectual, no âmbito de reuniões negociadoras entre os dois agrupamentos regionais, entre 2001 e 2004. Foi ainda Representante Alternata do Ministério das Relações Exteriores no Grupo de Monitoramento do Desenvolvimento do Sistema brasileiro de TV Digital e Representante do Ministério das Relações Exteriores no Comitê Interministerial de Combate à Pirataria (ambos em 2004).



SF/20323.13619-80



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

No Exterior, serviu no Consulado-Geral em Genebra (1988-1991); na Embaixada em Moscou (1991-1995); na Embaixada em Lima (1995-1999); na Embaixada em Paris (2004-2007); na Embaixada em Dublin (2007-2014), e no Consulado-Geral em Caracas como Cônsul-Geral (2014-2020), tendo sido Presidente, em representação do Brasil, da Associação do Corpo Consular da Venezuela.

Em 1997 a diplomata em apreço recebeu a Medalha do Pacificador (Brasil) e em 2018 foi agraciada com a Ordem do Rio Branco (Brasil), no grau Grã-Cruz.

Em 2018 publicou "O Acordo TRIPS da OMC e a Saúde Pública: Implicações e Perspectivas", FUNAG, Brasília; "Internacionalización del Sector Financiero y Dolarización de los Países Latinoamericanos" in *Nueva Sociedad*, nº 172, pp. 85-103, em coautoria com Marcos Antonio Macedo Cintra; e "Incentivos e Apoio à Ciência, Inovação e às Políticas Tecnológicas na Irlanda, in *Mundo Afora* nº 10, pp. 346-374, em coautoria com Pedro Fernando Bretas Bastos.

Em 1989 traduziu os livros "A República: Livro VII", de Platão, a partir da versão francesa de Bernard Piettre, e "Discurso do Método", de René Descartes.

Além do currículo da diplomata indicada, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a Jamaica, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A Jamaica tem área de 10.991 km² (aproximadamente metade do estado de Sergipe) e população da ordem de 2,93 milhões de habitantes. Seu PIB (Produto Interno Bruto) alcançou o montante de US\$ 14,77 bilhões em 2017 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi de 0,726 em 2019, colocando-o em 96º lugar entre 188 países. O país tem taxa de alfabetização da ordem de 88% (2015) e expectativa de vida de 74,4 anos. O índice de desemprego na Jamaica em 2019 foi de 7,8%.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a Jamaica, os vínculos entre os dois países são marcados pelo diálogo e pela cooperação, sobretudo nas áreas de educação, energia, saúde e cooperação técnica. O Brasil



SF/20323.13619-80



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

foi o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer relações diplomáticas com a Jamaica, em outubro de 1962, tendo aberto em 1977 sua embaixada em Kingston. Por sua vez, a embaixada da Jamaica em Brasília foi instalada em 2012.

A Cúpula Brasil-CARICOM realizada em Brasília, em 2010, marcou momento de expressiva aproximação entre o Brasil e a Jamaica. Naquela ocasião, os dois países firmaram diversos instrumentos bilaterais, entre os quais o Memorando de Entendimento para estabelecimento de Comissão Bilateral para promoção da cooperação nas áreas cultural, social, econômica e técnica (CBCSOEC).

Em 13 de fevereiro de 2014, durante a Primeira Reunião Mista Brasil-Jamaica, foram assinados três acordos bilaterais: Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa; Acordo para o intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária e Acordo sobre Serviços Aéreos. Destacam-se dois projetos lançados na ocasião: i) cooperação na área de saúde para o combate à anemia falciforme; e ii) inauguração do centro HEART/SENAI, que atendeu às demandas por qualificação de mão de obra nos setores industrial e de turismo a partir da educação profissional e da atualização técnico-pedagógica de gestores.

Em 2015, Brasil e Jamaica firmaram Entendimento Recíproco para o Estabelecimento de Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais de Ambos os Países. A comunidade brasileira na Jamaica conta com 50 nacionais, ademais de cerca de 300 que residem nas ilhas Cayman. Porém, convém assinalar que em 2019 foi registrada a passagem na Jamaica de 5.302 brasileiros para fins de lazer e negócios.

No que concerne à cooperação educacional, o Brasil tem atraído número crescente de estudantes jamaicanos por meio dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Entre 2000 e 2018, 124 jamaicanos foram selecionados para o PEC-G, o que demonstra alto interesse de jovens daquele país em estudar no Brasil.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Jamaica totalizou US\$ 76 milhões em 2019, com saldo amplamente favorável ao Brasil, da ordem de US\$ 74 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Jamaica são: madeira, ferro e aço, combustíveis, cerâmicos e preparações de carnes, além de máquinas, papel e embarcações.



SF/20323.13619-80



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Da Jamaica o nosso País importa principalmente álcool etílico e bebidas, plásticos, máquinas mecânicas e produtos de perfumaria.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/20323.13619-80